

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**  
PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS – CCF

The image features a large, light purple watermark of the UFBA logo in the background. The logo consists of three lit torches at the top, a shield with a stylized tree in the center, and a banner at the bottom with the motto 'VIRTUTE SPIRITUS' and the year '1808'.

Relatório Contábil 2025

Declaração Anual do Contador, Demonstrações Contábeis e  
Notas Explicativas

4º trimestre de 2025

Órgão 26232

VIRTUTE SPIRITUS

1808



## SUMÁRIO

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR .....	3
INTRODUÇÃO .....	6
1. Estrutura organizacional da Universidade Federal da Bahia .....	6
2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis .....	7
3. Resumo dos Principais Critérios e Práticas Contábeis .....	9
4. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal .....	11
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	16
1. Balanço Orçamentário .....	16
2. Balanço Financeiro .....	19
3. Balanço Patrimonial .....	21
4. Demonstração das Variações Patrimoniais .....	25
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	28
NOTAS EXPLICATIVAS .....	31
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	31
Nota 1 – Receitas .....	31
Nota 2 – Despesas .....	32
Nota 3 – Restos a Pagar .....	33
BALANÇO FINANCEIRO .....	36
Nota 4 – Ingressos e Dispêndios .....	37
BALANÇO PATRIMONIAL .....	40
Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....	40
Nota 6 – Créditos a Curto Prazo .....	40
Nota 7 - VPD pagas antecipadamente .....	41
Nota 8 – Estoques .....	41
Nota 9 – Imobilizado .....	42
Nota 10 – Intangíveis .....	45
Nota 11 – Fornecedores e Contas a Pagar .....	45
Nota 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais .....	47
Nota 13 – Obrigações Contratuais .....	48
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	51
Nota 14 - Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas .....	51
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA .....	58
Nota 15 – Atividades das Operações e Atividades de Investimento .....	58



## **DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR**

A Declaração Anual do Contador é o documento que evidencia se as demonstrações contábeis do exercício estão, em seus aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI.

Esta declaração leva em conta as demonstrações contábeis e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2025, consolidadas no âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), autarquia federal, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, publicado no DOU de 17 de abril de 1946 e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, publicado no DOU de 13 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Reflete a conformidade contábil das atividades encerradas em 31 de dezembro de 2025, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

A evidenciação de restrição contábil não é ferramenta de punição aos gestores ou executores, mas tão somente servirá para alertar aos usuários das demonstrações sobre determinados itens inconsistentes que possam provocar interpretações equivocadas e poderá servir de guia para a promoção de mudanças de procedimentos e ajustes contábeis.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC TSP, em especial a NBC TSP Estrutura Conceitual e à NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como com as demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas a todas as naturezas de entidades, Comunicados Técnicos Gerais - CTG, emanados pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão que regulamenta e fiscaliza a profissão contábil, em especial à NBC PG 01 Código de Ética do Profissional Contador, **EXCETO OS ASSUNTOS COM INCONSISTÊNCIAS QUE SERÃO MENCIONADOS A SEGUIR:**

### **Lei 4320/1964, Art. 60 - Despesas sem prévio empenho**

Constata-se que, em determinadas Unidades Gestoras Responsáveis (UGR), nos processos relacionados à restituição, a classificação da despesa 339093.XX é realizada sem o devido empenho prévio, sendo este registrado apenas em momento posterior.



---

## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

---

### **Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual (item 1.1) e da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações.**

As despesas de exercícios anteriores da folha de pagamento não vêm tendo o passivo sem suporte orçamentário registrado contabilmente, conforme a Macrofunção 020352 Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e a Macrofunção 021140 Reconhecimento de Passivos.

Também vários processos de reconhecimento de dívida ou de despesas de exercícios anteriores não vêm tendo o correto e tempestivo registro do passivo sem suporte orçamentário, haja vista a falta de envio documental à contabilidade.

### **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TSP 07 Ativo Imobilizado, NBC TSP 08 Ativo Intangível, NBC TSP 09 Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa**

Falta de reavaliação e do *impairment test* dos Ativos Imobilizados e Ativos Intangíveis anualmente e de maneira uniforme para todas as Unidades Gestoras da Universidade Federal da Bahia.

Quanto às equações referentes a depreciação de bens móveis e amortização de intangíveis, conforme informação do setor responsável, encontra-se paralisado no que diz respeito ao levantamento do inventário para implantação do SIADS – houve capacitação do pessoal envolvido ainda no período da pandemia, porém sem conclusão dos trabalhos propostos.

**Grupo Imobilizado**, (12300.00.00) pela incoerência do registro da depreciação dos bens móveis e da falta de avaliação e mensuração dos ativos, em virtude de inconsistência nos relatórios do Sistema Patrimonial (SIPAT) da UFBA, visando a migração para o SIADS. Essa conta ainda apresenta os bens adquiridos pela UFBA na condição de Tutora na implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) ainda não transferidos para as respectivas universidades, bem como os bens das UG “filhas” executoras do orçamento da saúde a serem transferidos para a EBSERH por força de contrato de Gestão Plena. Registre-se ainda, dentro desse grupo, a permanência da inconsistência apresentada na conta 123210200 na UG/GESTÃO 153040/15223 foi por diversas vezes informada e reiterada aos responsáveis, solicitando a regularização, através de mensagens SIAFI, por e-mail, e através do processo 23066.004022/2025-46, sem retorno quanto às providências de regularização.



---

**Notas Explicativas - 4º trimestre/2025**

---

**Grupo Intangíveis (12400.00.00)** – amortização dos intangíveis sem registros, por ausência de normas e critérios internos de mensuração.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Salvador-BA, 29 de janeiro de 2026.  
Maria Celestina Pinto Nascimento  
CRC 9859/BA  
Contador responsável



## **INTRODUÇÃO**

### **1. Estrutura organizacional da Universidade Federal da Bahia**

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), instituída pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, publicado no DOU de 17 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, publicado no DOU de 13 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira nos termos do Art. 207 da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional e do seu Estatuto, do Regimento Geral e das Resoluções emanadas dos Conselhos Superiores.

As atividades de ensino, pesquisa, criação e inovação e extensão universitária são essenciais para a UFBA e, dessa maneira, se inscrevem em seu Estatuto e Regimento Geral, estruturando-a e dirigindo suas ações de gestão institucional e acadêmica, nas diversas áreas de conhecimento em que atua. As atividades de ensino compreendem aquelas de caráter formativo e pedagógico, realizadas em programas e cursos de graduação e de pós-graduação senso estrito, lato senso e ensino a distância. As atividades de pesquisa, criação e inovação compreendem a concepção, participação, realização e coordenação de projetos e programas que geram conhecimento filosófico, científico e tecnológico, e de criação artística e cultural. As atividades de extensão incluem projetos e programas de formação continuada e de integração da Universidade com a sociedade representada por organizações sociais e instituições públicas e privadas.

A UFBA é constituída por duas Unidades Orçamentárias (UO) e quatro Unidades Gestoras Executoras (UGE) conforme demonstra o quadro 1.

#### **Quadro 1 – UO e UGE vinculadas à UFBA**

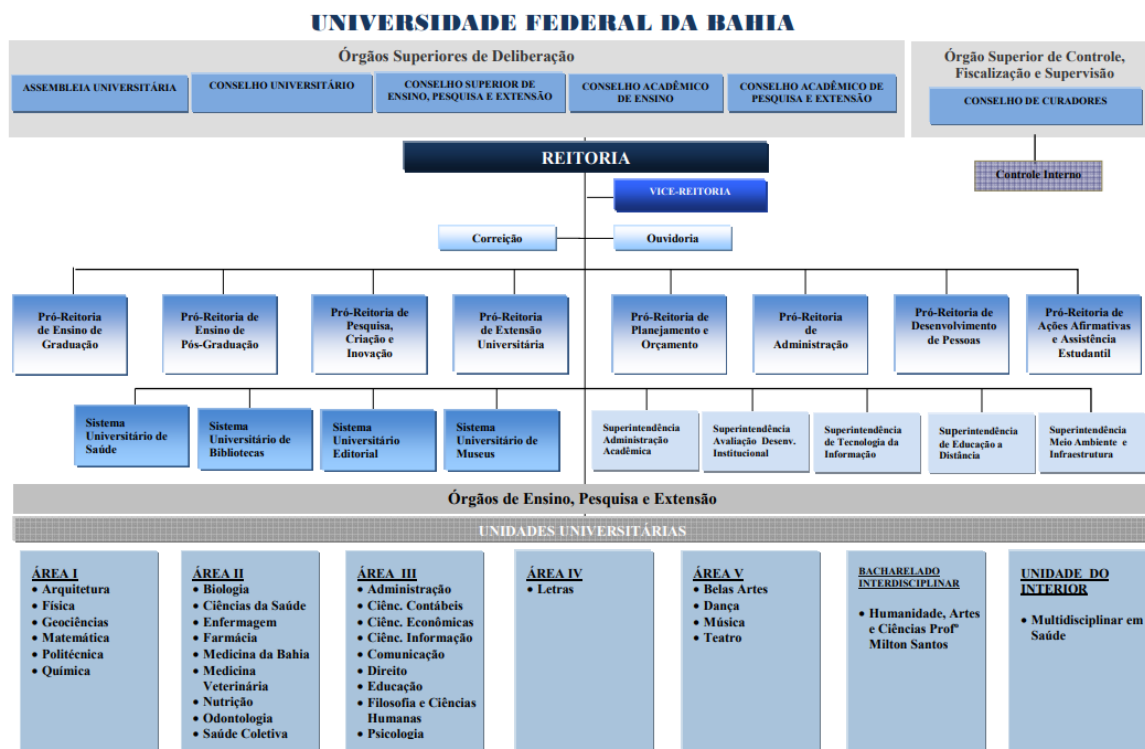
<b>Órgão</b>	<b>Unidades Orçamentárias</b>	<b>Unidades Gestoras Executoras</b>
<b>26232 - Universidade Federal Bahia (UFBA)</b>	<b>26232 - Universidade Federal da Bahia (UFBA)</b>	<b>153038 - Universidade Federal da Bahia (UFBA)</b>
	<b>26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde (CHS)</b>	<b>150223 - Maternidade Climério de Oliveira (MCO)</b>
		<b>150247 - Complexo Hospitalar e de Saúde (CHS)</b>
		<b>153040 – Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgar Santos (HUPES)</b>

Fonte: UFBA



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

Figura 1 - Organograma da Universidade Federal da Bahia



Fonte: Relatório de Gestão da UFBA – Exercício 2024

## 2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da UFBA são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade): NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11)<sup>1</sup>; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais, conforme tabela abaixo.

<sup>1</sup> Informações disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Correlação IPSAS e NBC TSP

NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	DOU 28/11/19	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	DOU 28/11/19	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3
NBC TSP 24	DOU 28/11/19	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	DOU 28/11/19	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	DOU 26/11/19	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 27	DOU 04/11/20	Informações por Segmento.	IPSAS 18
NBC TSP 28	DOU 04/11/20	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral.	IPSAS 22
NBC TSP 29	DOU 04/11/20	Benefícios Sociais.	IPSAS 42
NBC TSP 30	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Apresentação.	IPSAS 28
NBC TSP 31	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	IPSAS 41
NBC TSP 32	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge - Aplicação Residual).	IPSAS 29
NBC TSP 33	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Divulgações.	IPSAS 30
NBC TSP 34	DOU 10/12/21	Custos no Setor Público.	não há
CTSP 01	DOU 25/05/23	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	não há
CTSP 02	DOU 19/06/24	Notas Explicativas	não há

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas à UFBA e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).



### **3. Resumo dos Principais Critérios e Práticas Contábeis**

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia).

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreendem três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

#### **3.1 Consolidação das demonstrações contábeis**

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, do qual a Universidade Federal da Bahia, órgão vinculado ao Ministério da Educação, faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza Intra, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.



### **3.2 Conta Única do Governo Federal**

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto na UFBA quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Consideram-se Receitas Extraorçamentárias todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario>

### **3.3 Ajustes de Exercícios Anteriores**

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referirem a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

### **3.4 Recursos orçamentários x recursos financeiros**

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e fixação das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

### 3.5 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar no exercício seguinte (“resíduos passivos”) e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deverá ocorrer o pagamento.

## 4. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito da UFBA, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

### (a) Moeda funcional

A moeda funcional da União é o Real.

### (b) Caixa e equivalentes de caixa

São os valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.



### **(c) Créditos de curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados pela UFBA.

### **(d) Estoques**

Compreendem o material de consumo em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

### **(e) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### **(f) Intangíveis**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No âmbito da UFBA o intangível é composto na sua grande maioria por Softwares de vida útil definida.

### **(g) Depreciação de bens imóveis cadastrados no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet)**

A vida útil dos bens imóveis é definida com base em laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O valor depreciado dos bens imóveis da UFBA é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

tanto, o Método da Parábola de Kuentzle; a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

### **h) Passivos Circulantes e Não Circulantes**

As obrigações da UFBA são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante da UFBA é composto por: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações. Enquanto o passivo não-circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais pagar.

### **i) Ativos e Passivos Contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

### **j) Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

#### **(a) Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFBA e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a UFBA, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

### **(b) Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA. As receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional. Incluem doações financeiras de diversas origens; prestação de serviços; refeições dos restaurantes universitários; inscrições em cursos; comercialização de hortifrutigranjeiros etc.

Estudos da STN apontam que: o balanço orçamentário é estruturado para atender a um "ente público" e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por "ente": União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e Unidades Gestoras (UG), pois não apresentará os valores da coluna "Dotação Inicial" e "Dotação Atualizada", exceto receitas próprias ou recursos vinculados.

Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de "Despesas Empenhadas".

Os valores recebidos pelas universidades, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que "crédito" e "dotação" não são sinônimos. "Dotação" corresponde aos valores fixados na LOA, enquanto "créditos" correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente). Para identificar os créditos recebidos de outros órgãos não pertencentes à estrutura da UFBA, deve-se gerar um relatório gerencial sobre "Movimentação Orçamentária". Portanto, os créditos recebidos ou concedidos não são adicionados ou deduzidos da coluna "Previsão Atualizada".

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.



**(c) Resultado financeiro**


O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1. Balanço Orçamentário


 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 1
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	1	21.097.367,00	21.097.367,00	18.922.918,62	-2.174.448,38
<b>Receita Tributária</b>		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
<b>Receita de Contribuições</b>		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>		1.812.244,00	1.812.244,00	1.566.979,45	-245.264,55
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		1.812.244,00	1.812.244,00	1.566.978,90	-245.265,10
Valores Mobiliários		-	-	0,55	0,55
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>		-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>		-	-	-	-
<b>Receita de Serviços</b>		19.281.447,00	19.281.447,00	17.251.584,05	-2.029.862,95
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		19.281.447,00	19.281.447,00	17.251.578,73	-2.029.868,27
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	5,32	5,32
<b>Transferências Correntes</b>		-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>		3.676,00	3.676,00	104.355,12	100.679,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	99.622,22	99.622,22
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		3.676,00	3.676,00	4.732,90	1.056,90
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	1	-	-	497.145,00	497.145,00
<b>Operações de Crédito</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>		-	-	497.145,00	497.145,00
Alienação de Bens Móveis		-	-	497.145,00	497.145,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
<b>Amortizações de Empréstimos</b>		-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>		-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	1	21.097.367,00	21.097.367,00	19.420.063,62	-1.677.303,38

1. Nota Explicativa



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 2
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	1	21.097.367,00	21.097.367,00	19.420.063,62	-1.677.303,38
<b>DEFICIT</b>	1			2.687.090.653,10	2.687.090.653,10
<b>TOTAL</b>	1	21.097.367,00	21.097.367,00	2.706.510.716,72	2.685.413.349,72
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>		-	266.437.573,00	-	-266.437.573,00
Superávit Financeiro					
Excesso de Arrecadação					
Créditos Cancelados			266.437.573,00		

Fonte: SIAFI 2025.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	2	2.098.567.280,00	2.365.113.249,00	2.689.467.950,06	2.654.157.470,60	2.452.533.562,24	-324.354.701,06
Pessoal e Encargos Sociais		1.800.331.608,00	2.060.819.549,00	2.058.629.862,48	2.058.629.862,48	1.874.289.169,94	2.189.686,52
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		298.235.672,00	304.293.700,00	630.838.087,58	595.527.608,12	578.244.392,30	-326.544.387,58
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	2	10.795.536,00	10.687.140,00	17.042.766,66	5.183.027,90	4.659.375,30	-6.355.626,66
Investimentos		10.795.536,00	10.687.140,00	17.042.766,66	5.183.027,90	4.659.375,30	-6.355.626,66
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	1 e 2	2.109.362.816,00	2.375.800.389,00	2.706.510.716,72	2.659.340.498,50	2.457.192.937,54	-330.710.327,72
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		2.109.362.816,00	2.375.800.389,00	2.706.510.716,72	2.659.340.498,50	2.457.192.937,54	-330.710.327,72
<b>TOTAL</b>	1 e 2	2.109.362.816,00	2.375.800.389,00	2.706.510.716,72	2.659.340.498,50	2.457.192.937,54	-330.710.327,72

### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	3	4.704.687,04	40.073.228,60	38.016.330,32	37.899.357,81	1.863.272,14	5.015.285,69
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		4.704.687,04	40.073.228,60	38.016.330,32	37.899.357,81	1.863.272,14	5.015.285,69
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	3	720.133,87	10.934.387,60	10.473.691,61	10.326.891,61	863.045,57	464.584,29
Investimentos		720.133,87	10.934.387,60	10.473.691,61	10.326.891,61	863.045,57	464.584,29
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	3 e 4	5.424.820,91	51.007.616,20	48.490.021,93	48.226.249,42	2.726.317,71	5.479.869,98



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 3
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

### ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3</b>	<b>1.448.657,16</b>	<b>160.693.427,27</b>	<b>159.832.161,59</b>	<b>9.357,63</b>	<b>2.300.565,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais		-	144.905.562,30	144.905.562,30	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.448.657,16	15.787.864,97	14.926.599,29	9.357,63	2.300.565,21
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3</b>	<b>16.608,34</b>	<b>170.031,83</b>	<b>170.031,83</b>	<b>-</b>	<b>16.608,34</b>
Investimentos		16.608,34	170.031,83	170.031,83	-	16.608,34
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.465.265,50</b>	<b>160.863.459,10</b>	<b>160.002.193,42</b>	<b>9.357,63</b>	<b>2.317.173,55</b>

Fonte: SIAFI 2025.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025


### 2. Balanço Financeiro

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 1
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

INGRESSOS	NE	2025	2024
<b>Receitas Orçamentárias</b>	4	<b>19.420.063,62</b>	<b>21.312.444,04</b>
<b>Recursos Não Vinculados</b>		-	-
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>19.475.620,82</b>	<b>21.419.674,69</b>
Educação			12.259,24
Seguridade Social (Exceto Previdência)		20,00	
Previdência Social (RPPS)		-	-
Fundos, Órgãos e Programas		19.475.600,82	21.392.169,41
Recursos Não Classificados			15.246,04
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		<b>-55.557,20</b>	<b>-107.230,65</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	4	<b>2.823.670.799,51</b>	<b>2.493.465.408,45</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		2.744.828.830,00	2.376.492.221,51
Repasso Recebido		2.594.359.834,09	2.243.244.012,60
Sub-repasso Recebido		150.468.995,91	133.248.208,91
Independentes da Execução Orçamentária		78.841.969,51	116.973.186,94
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		40.765.801,17	78.848.067,90
Movimentação de Saldos Patrimoniais		38.076.168,34	38.125.119,04
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	4	<b>265.733.295,54</b>	<b>220.419.797,28</b>
Inscrição de Restos a Pagar Processados		202.147.560,96	159.897.615,96
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		47.170.218,22	51.007.616,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.435.702,06	8.385.231,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários		979.814,30	1.129.334,01
Restituições a Pagar		352,45	
Arrecadação de Outra Unidade		979.461,85	544.018,99
Demais Recebimentos			585.315,02
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	4	<b>155.532.408,49</b>	<b>148.641.146,18</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		155.532.408,49	148.641.146,18
<b>TOTAL</b>		<b>3.264.356.567,16</b>	<b>2.883.838.795,95</b>



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 2
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

DISPÊNDIOS	NE	2025	2024
<b>Despesas Orçamentárias</b>	4	<b>2.706.510.716,72</b>	<b>2.347.845.955,23</b>
<b>Recursos Não Vinculados</b>		<b>1.698.806.082,19</b>	<b>1.664.323.123,46</b>
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>1.007.704.634,53</b>	<b>683.522.831,77</b>
Educação		1.000.148,00	8.454.530,49
Seguridade Social (Exceto Previdência)		521.373.890,11	213.122.675,22
Previdência Social (RPPS)		460.159.896,95	435.837.783,46
Fundos, Órgãos e Programas		25.170.699,47	26.107.842,60
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	4	<b>156.984.322,41</b>	<b>138.087.988,36</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		152.634.578,36	135.130.620,86
Repasso Concedido		903.624,95	1.007.224,95
Sub-repasso Concedido		150.468.995,91	133.248.208,91
Repasso Devolvido		1.261.957,50	875.187,00
Independentes da Execução Orçamentária		4.349.744,05	2.957.367,50
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.067.364,30	2.307.404,66
Demais Transferências Concedidas		7.978,01	1.700,00
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.274.401,74	648.262,84
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	4	<b>215.105.999,78</b>	<b>242.372.443,87</b>
Pagamento de Restos a Pagar Processados		160.002.193,42	187.409.157,21
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		48.226.249,42	52.340.228,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.877.556,94	2.620.582,55
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	2.475,28
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			2.475,28
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	4	<b>185.755.528,25</b>	<b>155.532.408,49</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		185.755.528,25	155.532.408,49
<b>TOTAL</b>		<b>3.264.356.567,16</b>	<b>2.883.838.795,95</b>

Fonte: SIAFI 2025.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025


### 3. Balanço Patrimonial

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 1
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

ATIVO	NE	2025	2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>227.358.606,73</b>	<b>180.109.674,79</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	5	<b>185.755.528,25</b>	<b>155.532.408,49</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	6	<b>14.590.805,27</b>	<b>14.070.553,68</b>
Créditos de Transferências a Receber		-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	-
Demais Créditos e Valores		14.590.805,27	14.070.553,68
Demais Créditos e Valores		14.590.805,27	14.070.553,68
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>		-	-
<b>Estoques a Curto Prazo</b>	8	<b>26.813.779,76</b>	<b>10.385.324,55</b>
<b>Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda</b>		-	-
<b>VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo</b>	7	<b>198.493,45</b>	<b>121.388,07</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.249.250.376,46</b>	<b>4.241.861.800,19</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.376,77</b>	<b>3.376,77</b>
Créditos a Longo Prazo		3.376,77	3.376,77
Demais Créditos e Valores		3.376,77	3.376,77
Demais Créditos e Valores		3.376,77	3.376,77
Estoques a Longo Prazo		-	-
<b>Investimentos</b>		-	-
Participações Permanentes		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-
<b>Imobilizado</b>	9	<b>4.245.055.446,76</b>	<b>4.238.016.766,04</b>
Bens Móveis		431.605.300,47	410.839.097,53
Bens Móveis		445.802.841,17	426.929.978,34
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-14.197.540,70	-16.090.880,81
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		3.813.450.146,29	3.827.177.668,51
Bens Imóveis		3.816.893.124,99	3.828.767.156,08
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-3.442.978,70	-1.589.487,57
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-




## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL	Título: Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 2
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

ATIVO	NE	2025	2024
<b>Intangível</b>	10	<b>4.191.552,93</b>	<b>3.841.657,38</b>
Softwares		4.191.552,93	3.841.657,38
Softwares		4.191.552,93	3.841.657,38
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Patrimônio Cultural		-	-
Patrimônio Cultural		-	-
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural		-	-
<b>Diferido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.476.608.983,19</b>	<b>4.421.971.474,98</b>



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 3
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

PASSIVO	NE	2025	2024
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>483.293.885,58</b>	<b>390.968.229,28</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	12	157.750.511,36	107.717.103,45
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	11	15.561.702,66	13.332.192,46
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	18.345,47
Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		309.981.671,56	269.900.587,90
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>207.530,28</b>	<b>207.530,28</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		207.530,28	207.530,28
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>483.501.415,86</b>	<b>391.175.759,56</b>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2025	2024
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		882.846.839,89	882.846.839,89
Resultados Acumulados		3.110.260.727,44	3.147.948.875,53
Resultado do Exercício		-14.435.168,52	-191.702.393,84
Resultados de Exercícios Anteriores		3.147.948.875,53	3.364.644.199,44
Ajustes de Exercícios Anteriores		-23.252.979,57	-24.992.930,07
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.993.107.567,33</b>	<b>4.030.795.715,42</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.476.608.983,19</b>	<b>4.421.971.474,98</b>

### FINANCEIRO E PERMANENTE

ATIVO	NE	2025	2024	PASSIVO	NE	2025	2024
Ativo Financeiro		185.774.546,53	155.551.426,77	Passivo Financeiro		277.428.394,24	230.516.235,67
Ativo Permanente		4.290.834.436,66	4.266.420.048,21	Passivo Permanente		257.846.029,84	216.557.009,50
				Saldo Patrimonial		3.941.334.559,11	3.974.898.229,81

### ATOS POTENCIAIS ATIVOS

ATIVO	NE	2025	2024
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>163.636.176,52</b>	<b>129.794.390,63</b>
Atos Potenciais Ativos		163.636.176,52	129.794.390,63
Garantias e Contragarantias Recebidas		19.615.172,43	15.415.653,90
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		125.595.945,71	99.195.125,03
Direitos Contratuais		18.425.058,38	15.183.611,70
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>163.636.176,52</b>	<b>129.794.390,63</b>



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL	Título: Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 4
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

### ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

PASSIVO	NE	2025	2024
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>892.693.537,31</b>	<b>853.913.606,52</b>
Atos Potenciais Passivos		892.693.537,31	853.913.606,52
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		1.667.083,37	2.213.358,32
Obrigações Contratuais	13	891.026.453,94	851.700.248,20
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>892.693.537,31</b>	<b>853.913.606,52</b>

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>-79.926.488,47</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-11.727.359,24</b>
Educação	-944.989,65
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-6.574.142,51
Previdência Social (RPPS)	-3.948.561,31
Dívida Pública	-80.731,71
Fundos, Órgãos e Programas	-178.934,06
<b>TOTAL</b>	<b>-91.653.847,71</b>

Fonte: SIAFI 2025.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### 4. Demonstração das Variações Patrimoniais

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Demonstração das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 1
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2025	2024
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	14	2.965.642.729,05	2.594.337.653,68
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
<b>Contribuições</b>			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública			
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	14	19.350.464,92	20.413.661,10
Venda de Mercadorias			
Vendas de Produtos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		19.350.464,92	20.413.661,10
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		0,51	3,12
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora			
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Obtidos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		0,51	3,12
Aportes do Banco Central			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	14	2.834.330.807,25	2.499.548.814,36
Transferências Intragovernamentais		2.823.670.799,51	2.494.050.723,47
Transferências Intergovernamentais			
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas		10.660.007,74	5.498.090,89
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	14	111.409.541,37	73.792.576,31
Reavaliação de Ativos			
Ganhos com Alienação		39.124,53	
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.864.479,29	1.092.549,90
Ganhos com Desincorporação de Passivos		109.505.937,55	72.700.026,41
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		551.915,00	582.598,79
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar			
Resultado Positivo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			
Subvenções Econômicas			
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		551.915,00	582.598,79




## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Demonstração das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 2
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2025	2024
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	14	<b>2.980.077.897,57</b>	<b>2.786.040.047,52</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>1.362.161.402,87</b>	<b>1.138.532.423,53</b>
Remuneração a Pessoal		1.062.573.831,29	878.651.154,44
Encargos Patronais		224.803.999,99	192.158.950,12
Benefícios a Pessoal		74.783.571,59	67.722.318,97
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	14	<b>799.491.234,21</b>	<b>727.908.198,52</b>
Aposentadorias e Reformas		642.729.517,89	583.554.418,05
Pensões		138.350.892,38	128.014.088,74
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		18.410.823,94	16.339.691,73
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	14	<b>443.305.785,49</b>	<b>404.842.342,47</b>
Uso de Material de Consumo		50.154.121,66	58.340.145,97
Serviços		391.292.798,36	345.350.903,92
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.858.865,47	1.151.292,58
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>482.437,68</b>	<b>1.118.889,66</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		482.437,68	1.118.889,66
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	14	<b>170.583.841,39</b>	<b>138.503.685,60</b>
Transferências Intragovernamentais		156.984.322,41	138.087.988,36
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		141.935,69	137.799,19
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		14.872,08	9.500,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		13.442.711,21	268.398,05
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	14	<b>137.696.145,28</b>	<b>312.373.685,40</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		3.876.007,77	7.156.441,52
Perdas Involuntárias		14.920,00	5.400,00
Incorporação de Passivos		133.258.942,56	111.982.897,89
Desincorporação de Ativos		546.274,95	193.228.945,99
<b>Tributárias</b>		<b>4.564.781,32</b>	<b>4.518.021,36</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		47.895,20	21.847,83
Contribuições		4.516.886,12	4.496.173,53
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	14	<b>61.792.269,33</b>	<b>58.242.800,98</b>
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		60.518.804,79	57.446.994,04
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.273.464,54	795.806,94
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>-14.435.168,52</b>	<b>-191.702.393,84</b>



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Demonstração das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 3
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

DVP	NE	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	2.965.642.729,05	2.594.337.653,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14	2.980.077.897,57	2.786.040.047,52
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4 e 14	-14.435.168,52	-191.702.393,84

Fonte: SIAFI 2025.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 1
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>NE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	15	<b>44.882.273,50</b>	<b>18.284.003,00</b>
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	15	<b>2.859.009.234,49</b>	<b>2.523.432.217,61</b>
<b>Receita Tributária</b>		-	-
<b>Receita de Contribuições</b>		-	-
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>1.566.979,45</b>	<b>2.174.524,66</b>
<b>Receita Agropecuária</b>		-	-
<b>Receita Industrial</b>		-	-
<b>Receita de Serviços</b>		<b>17.251.584,05</b>	<b>18.239.136,44</b>
<b>Remuneração das Disponibilidades</b>		-	<b>3,14</b>
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>104.355,12</b>	<b>38.579,80</b>
<b>Transferências Recebidas</b>		-	-
Intergovernamentais Recebidas		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais Recebidas		-	-
Outras Transferências Recebidas		-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>2.840.086.315,87</b>	<b>2.502.979.973,57</b>
Ingressos Extraorçamentários		15.435.702,06	8.385.231,11
Restituições a Pagar		352,45	-
Transferências Financeiras Recebidas		2.823.670.799,51	2.493.465.408,45
Arrecadação de Outra Unidade		979.461,85	544.018,99
Demais Recebimentos		-	585.315,02
<b>DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	15	<b>-2.814.126.960,99</b>	<b>-2.505.148.214,61</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-2.442.701.348,47</b>	<b>-2.171.301.896,93</b>
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-933.609,70
Essencial à Justiça		-4.050,46	-5.934,33
Administração		-335.674,48	-1.854.427,61
Defesa Nacional		-1.004.627,99	-923.571,00
Segurança Pública		-1.099.010,00	-
Relações Exteriores		-61.536,05	-16.200,00
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-775.398.467,13	-712.144.192,98
Saúde		-242.902.829,19	-216.721.389,44
Trabalho		-2.500,00	-7.056.000,00
Educação		-1.409.002.478,24	-1.223.300.937,94
Cultura		-5.224.961,35	-1.988.670,31
Direitos da Cidadania		-	-1.569.160,00
Urbanismo		-500.000,00	-2.000.000,00
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-997.059,69	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-360.000,00
Organização Agrária		-6.034.603,67	-2.055.496,72
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-199.920,00
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-3.214,22	-4.464,12
Desporto e Lazer		-94.116,00	-131.743,50
Encargos Especiais		-36.220,00	-33.704,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-2.475,28



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Título: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 2
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2025	2024
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-207.563.733,17</b>	<b>-193.137.746,77</b>
Intergovernamentais Concedidas		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais Concedidas		-207.397.471,81	-192.997.947,58
Outras Transferências Concedidas		-166.261,36	-139.799,19
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-163.861.879,35</b>	<b>-140.708.570,91</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-6.877.556,94	-2.620.582,55
Transferências Financeiras Concedidas		-156.984.322,41	-138.087.988,36



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL	Título: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos	Exercício 2025	Período Quarto Trimestre
	Subtítulo: 26232 – UFBA - Autarquia	Emissão 28/01/2026	Página 3
	Órgão Superior: 26000 – Ministério da Educação	Valores em unidade de Real	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	15	-14.659.153,74	-11.392.740,69
<b>INGRESSOS DE INVESTIMENTO</b>		497.145,00	860.200,00
Alienação de Bens		497.145,00	860.200,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO</b>		-15.156.298,74	-12.252.940,69
Aquisição de Ativo Não Circulante		-14.729.927,29	-12.101.788,82
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-426.371,45	-151.151,87

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	NE	2025	2024
<b>INGRESSOS DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	2025	2024
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa		30.223.119,76	6.891.262,31
Caixa e equivalentes de caixa inicial		155.532.408,49	148.641.146,18
Caixa e equivalente de caixa final	5	185.755.528,25	155.532.408,49

Fonte: SIAFI 2025.



## NOTAS EXPLICATIVAS

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

#### Nota 1 – Receitas

Para elaboração das notas do Balanço Orçamentário, considera-se a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, que correspondem a alterações posteriores à previsão e fixação inicialmente consignada na Lei Orçamentária Anual.

No exercício de 2025, as receitas realizadas alcançaram o montante de R\$19.420.063,62, enquanto que as despesas empenhadas totalizaram R\$2.706.510.716,72, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$2.687.090.653,10, o que não representa necessariamente uma situação negativa.

Esse resultado deficitário pode ser justificado pelo fato de que a coluna das Receitas Realizadas contém os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pela UFBA, não se computando os repasses de recursos financeiros realizados no decorrer do exercício pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC) e por outros órgãos. Isso mostra que as receitas próprias da UFBA não são suficientes para custear o total de suas despesas, necessitando de quase a totalidade de recursos do Tesouro para sua manutenção.

Nesse contexto, de acordo com a portaria da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) nº 14.956, de 21/12/2021, são considerados Recursos Próprios os que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos.

À vista disso, analisando-se a arrecadação por categoria econômica, as Receitas Correntes representam 97,44% do total arrecadado e 89,69% do total previsto.

Em relação às Receitas de Capital, com o montante arrecadado de R\$497.145,00, cabe mencionar que se referem às receitas recebidas decorrentes de alienações de bens móveis considerados inservíveis.

#### Tabela 1 – Receitas previstas e arrecadadas por Categoria Econômica

R\$1,00				
Categoria Econômica	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização <sup>1</sup> (%)	AV <sup>2</sup> (%)
Receitas Correntes	21.097.367,00	18.922.918,62	89,69	97,44
Receitas de Capital	-	497.145,00	-	2,56
<b>Total das Receitas</b>	<b>21.097.367,00</b>	<b>19.420.063,62</b>	<b>92,05</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2025

<sup>1</sup>Relação entre a receita realizada e a previsão atualizada

<sup>2</sup>Análise vertical da receita realizada por Categoria Econômica: relação entre a receita realizada e o total das receitas realizadas



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

Na tabela seguinte, observa-se que das Receitas Correntes, as Receitas de Serviços apresentam a maior arrecadação, R\$17.251.584,05, equivalendo a 91,17% do total arrecadado e 89,47% do total previsto, o que pode ser verificado na Demonstração dos Fluxos de Caixa no grupo dos ingressos como Receitas Orçamentárias.

Ressalta-se que o maior volume de receita da instituição origina-se de contratos de prestação de serviços na forma de oferecimento, à sociedade, de cursos de extensão e especialização e também pesquisas nas diversas áreas do saber.

### Tabela 2 – Execução das Receitas Correntes

Receitas Correntes	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização <sup>1</sup> (%)	AV <sup>2</sup> (%)
Receita Patrimonial	1.812.244,00	1.566.979,45	86,47	8,28
Receita de Serviços	19.281.447,00	17.251.584,05	89,47	91,17
Outras Receitas Correntes	3.676,00	104.355,12	2838,82	0,55
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>21.097.367,00</b>	<b>18.922.918,62</b>	<b>89,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2025

<sup>1</sup> Relação entre a receita realizada e a previsão atualizada

<sup>2</sup> Análise vertical da receita realizada: relação entre a receita corrente realizada e o total das receitas correntes realizadas

### Nota 2 – Despesas

A despesa pública corresponde aos compromissos de gastos dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a necessidades da coletividade, fixada no orçamento.

Conforme tabela 3, ao analisar a execução da despesa, no exercício de 2025, verifica-se que o total da despesa empenhada (R\$2.706.510.716,72) é superior ao total da dotação atualizada (R\$2.375.800.389,00). Isso significa que o órgão, além do seu orçamento próprio, executou despesas com o orçamento de outros órgãos por meio de recebimentos de descentralizações de créditos orçamentários que totalizaram R\$516.617.571,55.

### Tabela 3 – Execução das despesas correntes e de capital

Categoria Econômica	Grupo Despesa	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)	Saldo da Dotação (a - d)	Execução da despesa (d) / (a) (%)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	2.060.819.549,00	146.256.586,02	143.174.370,02	2.058.629.862,48	0,00	5.271.902,52	2.189.686,52	99,89
	Outras Despesas Correntes	304.293.700,00	362.889.093,39	34.416.501,19	630.838.087,58	0,00	1.928.204,62	-326.544.387,58	207,31
Despesas de Capital	Investimentos	10.687.140,00	7.471.892,14	961.905,26	17.042.766,66	0,00	154.360,22	-6.355.626,66	159,47
Total		<b>2.375.800.389,00</b>	<b>516.617.571,55</b>	<b>178.552.776,47</b>	<b>2.706.510.716,72</b>	<b>0,00</b>	<b>7.354.467,36</b>	<b>-330.710.327,72</b>	<b>113,92</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

Verifica-se que as despesas empenhadas no grupo Pessoal e Encargos Sociais representam 99,89% da dotação atualizada.

Há de se destacar que as despesas com pessoal são empenhadas no início do exercício de forma global para execução no decorrer do ano. As despesas deste grupo correspondem aos gastos com pessoal ativo, inativos e pensionistas, relativas a



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, proventos das aposentadorias e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### Nota 3 – Restos a Pagar

A execução orçamentária dos Restos a Pagar, considera os RPNP referentes ao orçamento da própria UFBA, consignado na LOA e também o orçamento (créditos orçamentários) recebido de outros órgãos para execução de determinados programas governamentais pela UFBA.

A inscrição dos empenhos é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme indicação pelo órgão, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP inscritos em exercícios anteriores (reinscrição). Em janeiro de 2024, o total inscrito mais a reinscrição de RPNP foi de R\$62.798.409,59, enquanto que em janeiro de 2025, a inscrição de despesas em RPNP, considerando também os reinscritos, totalizou R\$56.432.437,11.

Conforme tabela 4, em relação aos RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior, houve um decréscimo de 12,10%, representando uma diminuição, em termos monetários, de R\$ 7.024.081,05, passando de R\$ 58.031.697,25 (Janeiro/2024) para R\$ 51.007.616,20 (Janeiro/2025). Os cancelamentos realizados no exercício de 2024 contribuíram para esse decréscimo.

### Tabela 4 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	Janeiro/2025	Janeiro/2024	% Evolução
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	51.007.616,20	58.031.697,25	-12,10
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	5.424.820,91	4.766.712,34	13,81
TOTAL	56.432.437,11	62.798.409,59	-10,14

Fonte: SIAFI 2025

A tabela 5 demonstra que, no exercício de 2025, foram executados (liquidados) 90,29% do total das despesas (Correntes e de Capital) inscritas e reinscritas em RPNP. Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentam a execução de 88,59%, enquanto que as Despesas de Capital, 97,06%.

Do total dos RPNP liquidados (R\$48.490.021,93) foram pagos R\$48.226.249,42. O total dos RPNP pagos pela UFBA está evidenciado no Balanço Financeiro, no grupo Pagamentos Extraorçamentários, no item Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados.

O pagamento dos Restos a Pagar é realizado na medida em que o objeto é adimplido e que o recurso financeiro é repassado pelo MEC ou por outro órgão (em se tratando de descentralizações externas), efetuando-se a quitação junto ao credor. Dessa forma, no exercício de 2025, a liberação de recursos financeiros, para o pagamento das despesas, ocorreu de acordo com a programação financeira do MEC.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

**Tabela 5 – Execução de RPNP por Categoria Econômica**

RPNP por Categoria Econômica	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	Cancelados	Total inscrições RPNP (-) Cancelados	Liquidados	% Execução
Despesas Correntes	44.777.915,64	1.863.272,14	42.914.643,50	38.016.330,32	88,59
Despesas de Capital	11.654.521,47	863.045,57	10.791.475,90	10.473.691,61	97,06
<b>Total</b>	<b>56.432.437,11</b>	<b>2.726.317,71</b>	<b>53.706.119,40</b>	<b>48.490.021,93</b>	<b>90,29</b>

Fonte: SIAFI 2025

O Governo Federal, com o intuito de reduzir e conter o estoque de restos a pagar em toda a administração pública direta e indireta, publicou o Decreto nº 9.428, em 29 de junho de 2018, dispondo sobre o cancelamento e novo prazo de vigência dessas obrigações orçamentárias.

Os empenhos referentes à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino emitidos a partir de 2018, foram submetidos à regra geral de validade inserida no art. 1º do Decreto nº 9.428/2018, que alterou a redação dos §§ 2º e 3º do Decreto nº 93.872/1986.

Assim, segundo a nova redação trazida pelo decreto, os restos a pagar não processados passarão a ser bloqueados pela STN em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, podendo os desbloqueios serem efetuados pelas respectivas unidades gestoras executoras, nos termos dos §§ 4º a 6º, no mesmo exercício financeiro em que ocorreu o bloqueio.

Portanto, serão cancelados pela STN, até o encerramento do exercício do bloqueio, aqueles que não forem nele desbloqueados. Os restos a pagar desbloqueados que não forem liquidados serão cancelados em 31 de dezembro do ano subsequente ao do bloqueio.

Cabe mencionar a alteração no Decreto nº 93.872/1986 trazida pelo Decreto nº 10.535, de 28 de outubro de 2020, que incluiu uma modalidade de despesas inscritas em restos a pagar que não se submetem a bloqueio nem a cancelamento, ou seja, além das despesas do Ministério da Educação e das emendas individuais impositivas cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2016, foi acrescida as despesas decorrentes de emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal impositivas cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2020.

Em relação aos restos a pagar inscritos no exercício de 2022, pela regra geral do Decreto nº 93.872, de 1986, o bloqueio de todos os restos a pagar deste exercício ocorreria em 30/06/2024; entretanto, o Decreto nº 11.813, de 2023, prorrogou o prazo de bloqueio para 30/09/2024, porém, apenas dos restos a pagar relativos a transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. Com a publicação da Lei nº 14.791, de 2023 (LDO de 2024), o prazo para cancelamento dos restos a pagar relativos a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, inclusive TEDs e Destaques inscritos a partir do exercício de 2019, foi estendido para 31/12/2024.

Nesta conjuntura, vale destacar que em 1º de agosto de 2024, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão nos autos da ADPF 854, suspendendo a execução de emendas parlamentares de relator (RP 9) e de comissão (RP8). A Advocacia Geral da União (AGU), por meio do Ofício nº 01610/2024/SGCT/AGU, solicitou o cumprimento da



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

decisão para o bloqueio da execução de despesas com o orçamento do exercício (RP8), inclusive de restos a pagar (RP9). Diante disso, foram adotados procedimentos no Siafi pela SOF para impedir a emissão de empenhos com dotações do exercício de 2024 e o bloqueio dos restos a pagar pela STN, suspendendo, ainda, o respectivo pagamento para ambos os casos.

Tendo em vista esse cenário, em 02/12/2024, foi proferida nova decisão do STF no âmbito da ADPF 854/2024, em que se autorizou a retomada da execução de despesas referente às emendas RP 8 e RP 9, ressalvadas as condicionantes da própria decisão, conforme Mensagem da CCONT/STN nº 2024/4161151, enviada a todos os órgãos em 04/12/2024 (SEI nº 5451260). Em dezembro de 2024, foi publicada a Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR nº 115, de 10/12/2024 (SEI nº 5451293), alterando a Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR Nº 1, de 1º de abril de 2024, que trouxe exigências complementares à Decisão para execução dos recursos liberados a partir de 3 de dezembro de 2024, no âmbito da ADPF 854, nos casos em que especifica.

Em março deste ano foi publicada a Lei Complementar nº 215, de 21 de março de 2025, dispondendo sobre a extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024), até o final do exercício de 2026. A referida lei revalida os restos a pagar dos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022 que foram cancelados em 31/12/2024 e que ainda estavam vigentes até esta data, relativos às despesas de cujo procedimento licitatório tenha sido iniciado ou às relativas a convênios ou instrumentos congêneres em fase de resolução de cláusula suspensiva. Restringe também o pagamento de valores relativos aos restos a pagar revalidados para obras e serviços que estejam sob investigação ou apresentem indícios de irregularidade conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União.

Ressalta-se que em atendimento ao dispositivo do Decreto nº 93.872, de 1986 (art. 68, § 2º), a STN efetuou em 30/06/2025 o bloqueio no SIAFI dos restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2023. Conforme prevê o Decreto nº 93.872, de 1986, no seu art. 68, § 4º, as unidades gestoras responsáveis pelos saldos bloqueados puderam efetuar o desbloqueio até 31 de dezembro de 2025, desde que atendidas as regras do referido parágrafo.

Ainda sobre a execução dos RPNP verifica-se, na série histórica da tabela abaixo, que tem havido um volume significativo de cancelamentos de empenhos inscritos em RPNP, por exercício, contribuindo para a redução do estoque dessas obrigações no âmbito da UFBA.

**Tabela 6 – Cancelamentos de RPNP por exercício**

Exercícios	Total (R\$)
2021	11.976.753,40
2022	5.503.797,36
2023	4.013.631,93
2024	4.067.516,71
2025	2.726.317,71

Fonte: Tesouro Gerencial 2025



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo exigido pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, determina que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Cumpra-se destacar ainda que a NBC TS0P 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, não prevê o Balanço Financeiro, porém sua elaboração e publicação é obrigatória por força do art. 101 da Lei nº 4.320/1964.

#### Tabela 7 - Caixa

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
Saldo do exercício anterior (Caixa e equivalentes de Caixa)	155.532.408,49	100,00	148.641.146,18	100,00	4,64
Saldo para o exercício seguinte (Caixa e equivalentes de Caixa)	185.755.528,25		155.532.408,49		19,43
Geração de caixa	30.223.119,76		6.891.262,31		

Fonte: SIAFI 2025

**Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. O Balanço Financeiro demonstra geração de caixa e equivalentes de caixa positivo no valor de R\$30.223.119,76, já em 2024 a geração foi de R\$6.891.262,31. Os fatores determinantes para o aumento do saldo de caixa neste 4º trimestre de 2025 foram as transferências recebidas, o recebimento extraorçamentário e os pagamentos extraorçamentários, que avançaram 13,24%, 20,56% e -11,25% injetando no caixa a quantia de R\$402.785,333,41 no 4º trimestre de 2025. Em contrapartida, no sentido contrário, as rubricas que mais contribuíram para a pequena variação positiva do caixa foram: as receitas próprias, as despesas orçamentárias e as transferências financeiras concedidas com percentuais de -8,88%, 15,28% e 13,68%, respectivamente. Nas receitas próprias, houve perda na arrecadação na ordem de R\$1.892.380,42 nos comparativos dos trimestres 2025/2024.

Houve aumento do endividamento de curto prazo, principalmente pelo acréscimo de 20,56% nos recebimentos extraorçamentários, e pela redução (-11,25%) dos pagamentos extraorçamentários (composição de despesa já reconhecida em exercícios anteriores, mas que exige esforço e utilização de caixa presente). Isso justifica a denominação pagamentos e não despesas, pois essas movimentações retêm caixa e ao mesmo tempo aumenta o endividamento de curto prazo.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

Com o aumento dos recebimentos extraorçamentários e com a diminuição dos pagamentos extraorçamentários nos comparativos dos trimestres, houve reflexo no aumento do Passivo Circulante. Porém, o índice de liquidez corrente dos dois trimestres (4º trimestre 2025/2024) não corroboram para as informações mencionadas neste parágrafo, visto que o índice de liquidez corrente saiu de 0,46 para 0,47, em 2025, justificado pelo aumento de caixa demonstrado no Balanço Financeiro e mencionado no primeiro parágrafo. O Passivo Circulante variou na ordem de R\$92.325.656,30; portanto, o que sustenta o aumento de Caixa e Equivalente de Caixa é justamente o aumento do Passivo de curto prazo em conjunto com aumento das transferências recebidas. O índice de liquidez corrente que é a relação do Ativo Circulante/ Passivo Circulante, de 0,47, inferior a 1, indica não haver caixa suficiente para o pagamento do endividamento de curto prazo. As demonstrações financeiras mostram uma realidade estática, sendo o fluxo de caixa uma dinâmica constante, o que permite trabalhar com prazos de pagamentos com stakeholders externos primários.

Salienta-se a redução das receitas próprias na ordem 8,88% nos comparativos dos trimestres, com perda de R\$1.892.380,42, valores que foram impactados principalmente pelo advento da Emenda Constitucional 135/2024, a qual desvincula as receitas patrimoniais até 31 de dezembro de 2032, no percentual 30%, conforme citado no texto da tabela 26. No entanto, os valores não foram relevantes para influenciar o panorama geral do caixa.

### Nota 4 – Ingressos e Dispêndios

**Tabela 8 – Ingressos (Balanço Financeiro)**

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Recebimentos extraorçamentários</b>	<b>265.733.295,54</b>	<b>100,00</b>	<b>220.419.797,28</b>	<b>100,00</b>	<b>20,56</b>
Inscrição dos restos a pagar processados	202.147.560,96	76,07	159.897.615,96	2,54	26,42
Inscrição dos restos a pagar não processados	47.170.218,22	17,75	51.007.616,20	31,90	-7,52
Outros	16.415.516,36	6,18	9.514.565,12	18,65	72,53

Fonte: SIAFI 2025

O aumento dos recebimentos extraorçamentários foi de 20,56%. Esse valor em termos de disponibilidade significa valores a pagar em períodos posteriores, refletindo necessariamente futuro aumento de endividamento de curto prazo com necessidade de aporte de caixa, visto a composição futura dessa rubrica ser de restos a pagar. Cabe mencionar que dentro do item de recebimentos extra orçamentários há um grupo de grande representatividade monetária cujo montante refere-se à inscrição de restos a pagar. Esse item, registrado no Balanço Financeiro do lado dos Ingressos, corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente para compensar e/ou equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) registradas do lado dos Dispêndios. Essa metodologia definida pela Lei nº 4.320/1964, estabelece que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (art. 35). O parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64, dita: “Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

No MCASP (parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais) existe um tópico dedicado à relação entre passivo exigível e as etapas da execução orçamentária, mostrando que, segundo a Lei nº 4.320/1964, no art. 58, “*o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*”. Quando a lei utiliza a palavra “obrigação”, não se refere à obrigação patrimonial (passivo exigível), pois uma obrigação patrimonial é caracterizada por um fato gerador já ocorrido, ou, conforme a lei, por uma condição já implementada. Refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira para fins de cálculo do superávit financeiro, fonte da abertura de créditos adicionais nos exercícios seguintes. Pela leitura e interpretação dos conceitos trazidos pelo MCASP, entende-se que os Restos a Pagar Não Processados, que são os empenhos não liquidados e não pagos até o dia 31/12 do exercício, não configuram uma obrigação patrimonial, exceto aqueles no estágio “em liquidação”, e por isso não devem ser evidenciados no Balanço Patrimonial. São apenas obrigações orçamentárias e constam como elementos de apuração do superávit financeiro (ativo financeiro menos passivo financeiro) demonstrados em quadro específico no novo modelo do Balanço Patrimonial. Portanto, no Balanço Patrimonial no passivo circulante da Universidade Federal da Bahia não está computado o valor de R\$47.170.218,22 (que representa 17,75% do total dos recebimentos extraorçamentários) de restos a pagar não processados, não compondo, dessa forma, o índice de liquidez corrente.

O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) indica a capacidade de pagamento da entidade no curto prazo. Esse índice de 0,47, demonstra disponibilidade insuficiente para quitar as obrigações de curto prazo no 4º trimestre de 2025. Portanto, para os próximos trimestres a Universidade deverá equacionar através do aumento de ingressos de recursos ou implementar mais ainda o contingenciamento dos dispêndios de curto prazo. Já o 4º trimestre de 2024 ficou em 0,46.

Cabe destacar que a UFBA registrou ganhos mediante a desincorporação de passivos, em estrito cumprimento às recomendações do Relatório de Auditoria CGU/BA nº 1025326. O referido documento orientou a instituição a abster-se de reconhecer ou quitar faturas cobradas pela FAPEX no âmbito do Contrato 01/2012, uma vez que não foram identificados empréstimos ou despesas contratuais pendentes. Em conformidade com orientação da CGU, a Universidade procedeu à baixa do débito no valor de R\$7.476.798,04, formalizada pelo processo nº 23066.082228/2025-15. Essa medida impactou positivamente o índice de liquidez corrente e preservou o caixa da instituição, resultando em uma gestão mais eficiente do passivo. (Ver tabela 28 – DVP terceiro parágrafo).



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Tabela 9 - Transferências Financeiras Recebidas

2025	2024
2.823.670.799,51	2.493.465.408,45

Fonte: SIAFI 2025

As transferências financeiras recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. As que não se relacionam com o orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

### Tabela 10 – Dispêndios (Balanço Financeiro)

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Pagamentos extraorçamentários</b>	<b>215.105.999,78</b>	<b>100,00</b>	<b>242.372.443,87</b>	<b>100,00</b>	<b>-11,25</b>
Pagamento dos restos a pagar processados	160.002.193,42	74,38	187.409.157,21	77,32	-14,62
Pagamento dos restos a pagar não processados	48.226.249,42	22,42	52.340.228,83	21,59	-7,86
Outros	6.877.556,94	3,20	2.623.057,83	1,08	162,20

Fonte: SIAFI 2025

Os pagamentos extraorçamentários são restos a pagar pagos no exercício, impactando o caixa, não sendo excludentes no Balanço Financeiro como os recebimentos extraorçamentários. Os pagamentos extraorçamentários tiveram variação negativa em comparativo ao exercício de 2025 (-11,25%). Essa redução nos pagamentos extraorçamentários reflete a utilização do caixa atual para pagamento de despesas originadas em outro exercício.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### BALANÇO PATRIMONIAL

#### Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta compreende os valores disponíveis em caixa e em bancos, utilizados para atender às obrigações da entidade, no curto prazo. Além disso também estão alocadas neste grupo contas como as de garantia que após determinados requisitos serão devolvidos a quem de direito. Nota-se que houve um aumento de 19,43% no montante dessa conta quando comparado ao período base 31/12/2024. É possível afirmar ainda que, em análise cruzada com a Demonstração das Variações Patrimoniais, constata-se um aumento na conta de valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos e também da conta de transferências e delegações recebidas.

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	185.755.528,25	155.532.408,49	19,43

Fonte: SIAFI 2025.

#### Nota 6 – Créditos a Curto Prazo

Composto de diversas contas, o grupo de Créditos a Curto Prazo representa 0,33% do ativo e sofreu um aumento de 4%. Pode-se afirmar que a maior parte da variação do montante advém de modificações na conta de *adiantamento de salários* e também de *termo de execução descentralizada*. Segue o percentual respectivo para conhecimento: aumento de 33,55 e de 31,23%.

Diante do exposto, é notório que em termos percentuais e monetários o principal impulsionador do acréscimo neste grupo foi a mutação na conta de adiantamento de salário. Isto porque houve um aumento nos vencimentos dos servidores em função do acordo de greve. E em segundo, o adiantamento do termo de execução descentralizada, especificamente uma transferência referente a recursos do TED 950044, entre UFBA e UFRN para cooperação na melhoria e evolução dos sistemas SIG-UFRN conforme processo 23066.059450/2025-14. Desse modo, os valores são computados como adiantamentos até a data da sua devida ocorrência.

#### Tabela 11 – Créditos a Curto Prazo

R\$ 1,00

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Créditos a Curto Prazo	14.590.805,27	14.070.553,68	4,00

Fonte: SIAFI 2025.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Nota 7 - VPD pagas antecipadamente

O grupo das Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente abarca benefícios/serviços que, embora já pagos, serão usufruídos futuramente no período do curto prazo, podendo ser estendidas ao longo prazo.

### Tabela 12 – VPD Pagas Antecipadamente

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
VPD Pagas Antecipadamente	198.493,45	121.388,07	63,52

Fonte: SIAFI 2025.

Depreende-se das análises, que houve uma variação positiva de 63,52% nesse grupo. Em consonância com a natureza dessa espécie de despesa (antecipada), o reflexo natural é sua diluição gradativa. Entretanto, durante o período, como houve um grande aumento na conta de aluguéis pagos a apropriar em comparação a diluição das demais despesas antecipadas, obteve-se como resultado o acréscimo. Os aluguéis referem-se a locação de softwares e reclassificações.

### Nota 8 – Estoques

Os normativos NBC T 19.20, Resolução CFC nº 1.170/2009 e CPC 16 no intuito de estabelecerem tratamento contábil para o estoque, definem que este compreende, também, os materiais ou matérias-primas aguardando a sua utilização. O estoque é avaliado pelo seu valor de custo médio e reconhecido no resultado quando da sua utilização ou baixa.

Do total mantido atualmente em estoque, 97,00% estão no Complexo Hospitalar e de Saúde-CHS e 3,00% na UG 153038-UFBA. O CHS é responsável pela contabilização de controle dos estoques relacionados à saúde humana e animal de algumas unidades, a citar: Hospital Ana Nery, Hospital Veterinário da UFBA, Laboratório de Imunologia, Faculdade de Farmácia. Assim, faz-se necessário esclarecer que as baixas de estoques consideram o Relatório Mensal de Almoxarifado (RMA) registradas conforme informações recebidas das unidades que consomem os materiais, para que se mantenham verídicos os montantes registrados.

Observa-se que nesse grupo houve um acréscimo de 158,19% advindo, principalmente, do aumento nos estoques de materiais vinculados ao CHS. Conforme o setor de contabilidade do Complexo, as variações volumétricas nas contas de materiais hospitalares, farmacológicos, químicos e de higiene refletem o fluxo operacional do Hospital Ana Nery (HAN) e do ICS, cujos consumos são vinculados à demanda assistencial finalística. Especificamente quanto aos materiais de manutenção de imóveis e equipamentos, o incremento nos saldos decorre das reformas estruturais em curso no HAN ao longo do exercício.

Em paralelo, a Conformidade Contábil realiza um processo de saneamento para tratar saldos remanescentes de exercícios anteriores, pendentes de baixa por falhas na remessa tempestiva de RMAs. Devido ao encerramento do sistema para o período anterior, os lançamentos de regularização foram processados em janeiro de 2026, fundamentados em inventários autorizados pela Coordenação do CHS.

Paralelamente, a Conformidade Contábil realiza o saneamento de saldos remanescentes de exercícios anteriores, pendentes de baixa por falhas na remessa tempestiva de RMAs. Devido ao encerramento do sistema para o período anterior, os ajustes foram processados em janeiro de 2026, fundamentados em inventários físicos. O setor responsável mantém a auditoria dos cadastros para mitigar



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

inconsistências de classificação ou contagem, assegurando que, para o ciclo de 2026, a governança e a tempestividade dos registros evitem inscrições indevidas em Restos a Pagar.

É possível afirmar que os maiores valores totais estão concentrados nos itens seguintes: material hospitalar, material de limpeza e produtos de higiene, material para manutenção de bens imóveis e instalações, manutenção de máquinas, equipamentos e material para manutenção de bens móveis, além de material químico, representando 87,63% do estoque.

No que se refere aos estoques vinculados a UFBA, o Setor de Registro Contábil informou que as variações nos saldos de estoque da UFBA refletem tanto a dinâmica assistencial das unidades finalísticas quanto a recomposição estratégica de insumos. O incremento observado nos materiais hospitalares, farmacológicos e químicos é inerente à demanda sazonal do Hospital Ana Nery (HAN) e do Instituto de Ciências da Saúde (ICS).

Quanto à gestão de manutenção, o aumento nos saldos da CMP e da SUMAI decorre da otimização na execução de recursos orçamentários para o reabastecimento de itens de consumo. Ressalta-se que a SUMAI enfrentava uma interrupção nos processos licitatórios para manutenção de bens móveis e imóveis superior a 12 meses, sanada por meio de aquisições intensivas, com ênfase na climatização das unidades. A projeção técnica indica a normalização desses níveis de estoque até fevereiro de 2026, conforme o cronograma de consumo físico.

### Tabela 13 – Estoque

R\$ 1,00

Estoque	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Almoxarifado e outros estoques	26.813.779,76	10.385.324,55	158,19	0,60

Fonte: SIAFI 2025.

### Nota 9 – Imobilizado

Em 31/12/2025, a UFBA apresentou o montante de R\$4.245.055.446,76 no Imobilizado. Desse modo, é possível dizer que ocorreu um acréscimo de 0,17% nesse grupo quando comparado ao período base (31/12/2024). Na tabela a seguir é detalhada a sua composição:

### Tabela 14 – Imobilizado – Composição

R\$ 1,00

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
<b>Bens Móveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	445.802.841,17	426.929.978,34	4,42
(-) Depreciação/ Acumulada de Bens Móveis	(14.197.540,70)	(16.090.880,81)	(11,77)
<b>Bens Imóveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	3.816.893.124,99	3.828.767.156,08	(0,31)
(-) Depr./Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(3.442.978,7)	(1.589.487,57)	116,61
<b>Total</b>	<b>4.245.055.446,76</b>	<b>4.238.016.766,04</b>	<b>(0,17)</b>

Fonte: SIAFI 2025.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

A tabela abaixo demonstra a composição dos bens por grupos de contas.

### Tabela 15 – Bens Móveis - Composição

R\$ 1,00

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	203.113.940,98	195.835.689,65	3,72
Bens de Informática	96.151.963,34	90.534.107,77	6,21
Móveis e Utensílios	85.659.780,55	85.102.249,04	0,66
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	40.511.304,70	39.898.463,08	1,54
Veículos	8.592.590,77	9.392.663,02	(8,52)
Peças e Conjuntos de Reposição	4.450,00	4.450,00	-
Bens Móveis em Andamento	406.401,55	406.401,55	-
Bens Móveis em Almoarifado	1.488.794,97	0,00	Não mensurável
Semoventes e Equipamentos de Montaria	112.265,47	112.265,47	-
Demais Bens Móveis	5.665.461,30	5.643.688,76	0,39
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.296.917,12)	(16.090.880,81)	(11,15)
<b>Total</b>	<b>427.410.036,51</b>	<b>410.839.097,53</b>	<b>3,46</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

As contas mais relevantes desse grupo são “*máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas*”, “*bens de informática*” e “*móveis e utensílios*”, perfazendo 87,15% dos bens móveis (considerando os valores brutos, sem perda econômica). Ademais, podemos citar o surgimento de registros na conta de Bens Móveis em Almoarifado, anteriormente sem saldo. Tais valores referem-se a reclassificações e registros de mobiliários em geral. A redução na conta de veículos advém em maior parte dos Leilões 02/2024 e 01/2025, em que ocorreram alienações de bens considerados inservíveis.

No grupo Bens Móveis, constam bens adquiridos pela UFBA e ainda não transferidos contabilmente para a UFRB e UFOB. Informações do Setor de Patrimônio da Coordenação de Materiais e Patrimônio dão conta de que o trabalho de levantamento do inventário geral, para implantação do SIADS, regularizará essa situação.

Os Bens Imóveis da UFBA em 31/12/2025 totalizaram R\$3.813.450.146,29, líquidos de depreciação, classificados em vários grupos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

### Tabela 16 - Bens Imóveis – Composição

R\$ 1,00

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Bens de Uso Especial	3.813.702.406,63	3.827.042.214,82	(0,35)
Bens Imóveis em Andamento	35.096,50	13.691,19	156,34
Instalações	3.155.621,86	1.711.250,07	84,40
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.442.978,70)	(1.589.487,57)	116,61
<b>Total</b>	<b>3.813.450.146,29</b>	<b>3.827.177.668,51</b>	<b>(0,36)</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

De acordo com os números apresentados no Balanço Patrimonial, os *bens de uso especial* constituem a parcela quantitativamente mais significativa dos bens imóveis, conforme tabela acima. Em 31/12/2025 fez o montante de R\$3.813.702.406,63 representando aproximadamente 99,92% do grupo. Entretanto, a alteração ocorrida neste grupo refere-se apenas ao item de “*fazendas, parques e reservas*”, que sofreu uma redução de cerca de 60% ou R\$13.339.808,19. Os esclarecimentos constam no trecho da nota referente a tabela 17.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

A conta de “bens imóveis em andamento” apresentou o maior aumento percentual do grupo (156,34%), embora tenha finalizando o período apenas com o saldo de R\$ 35.096,50. Esse montante se refere a obra de ampliação da Escola de Dança da UFBA e do Laboratório de Geociências. Quanto ao item “instalações” o aumento foi de 84,40% referente a diversas obras, como: conclusão do Edifício anexo aos Institutos de Física e Química e instalação de elevador no prédio do Instituto Multidisciplinar de Saúde.

O item Depreciação/Amortização Acumulada apresenta um aumento de 116,61% referente ao fluxo normal de apropriação da depreciação realizada, cujos lançamentos são efetuados pela CCONT/STN a partir da análise de planilha enviada pela SPU (Secretaria de Patrimônio da União) dos itens cadastrados no SPIUNET.

**Tabela 17 - Bens de Uso Especial – Composição**

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	9.064.912,80	22.404.720,99	(59,54)
Terrenos, Glebas	204.623.095,69	204.623.095,69	-
Imóveis de Uso Educacional	2.923.688.186,03	2.923.688.186,03	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	58.459.515,92	58.459.515,92	-
Edifícios	5.601.362,94	5.601.362,94	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial (Hospitais e Museus)	612.265.333,25	612.265.333,25	-
<b>Total</b>	<b>3.813.702.406,63</b>	<b>3.827.042.214,82</b>	<b>(0,35)</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Houve alteração no grupo de Bens de Uso Especial apenas no que se refere aos itens vinculados a conta de *fazendas, parques e reservas*. Essa significativa redução de 59,54% foi em decorrência de uma transferência de imóveis da UFBA para a SPU, realizada através do SPIUnet. No processo 23066.0518488/2025-62 solicita-se detalhes da transação entre os dois órgãos.

Ressalta-se que, na Universidade Federal da Bahia, os imóveis são reavaliados quando do vencimento do prazo de validade das avaliações, atualizadas as informações relativas a aumento/diminuição da área construída, alteração do padrão construtivo e/ou verificada a deterioração da edificação.

Os valores referentes ao m<sup>2</sup> de terrenos de propriedade da UFBA, localizados em municípios do interior do Estado da Bahia, são estimados a partir de consulta ao setor imobiliário, considerando-se a tendência do mercado para assentamentos urbanos, assim como para as atividades agropecuárias nos imóveis da zona rural.

Valores referentes ao m<sup>2</sup> de área construída correspondem ao CUB (Custos Unitários Básicos de Construção), fornecidos pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia - SINDUSCON/BA.

De acordo com as informações fornecidas e os cálculos elaborados, o Inventário Anual dos Bens Imóveis da Universidade Federal da Bahia identifica os terrenos e benfeitorias, sua localização, áreas, situação cartorial, assim como os respectivos valores imobiliários e apresenta o valor global em reais (R\$). (*Informações concedidas através de e-mail, pela SUMAI - UFBA, no dia 19/01/2018*). Observa-se que estão mantidas as mesmas informações anteriores.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

O procedimento de Redução ao Valor Recuperável de Ativos - *Impairment* não está sendo realizado.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet – que é o sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão.

### Nota 10 – Intangíveis

Os chamados bens intangíveis são aqueles sem existência física, classificados como direitos de exploração, marcas, patentes, software e fundo de comércio. O seu reconhecimento contábil deve ser realizado quando forem prováveis os benefícios econômicos futuros esperados e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade. *Lei 11.638/2007 e Macrofunção 020345 – Manual SIAFI.*

Na Universidade Federal da Bahia não vem sendo realizada a amortização dos bens intangíveis, compostos apenas de softwares. Aguarda-se a implantação do SIADS, que regularizará essa situação.

### Tabela 18 - Bens Intangíveis – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Software com vida útil definida – Maternidade Climério de Oliveira	2.480,00	2.480,00	-
Software com vida útil definida – Complexo Hospitalar de Saúde	38.808,17	38.808,17	-
Software com vida útil definida – Universidade Federal da Bahia	3.504.620,49	3.504.620,49	-
Software com vida útil indefinida – Universidade Federal da Bahia	645.644,27	295.748,72	118,31
<b>Total</b>	<b>4.191.552,93</b>	<b>3.841.657,38</b>	<b>9,11</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Neste exercício, houve alteração somente na conta de *software com vida útil indefinida* referente a aquisições como o direito de uso perpétuo do software zimbra. O maior volume de bens desse grupo encontra-se na conta software com vida útil definida que contém 83,61% do montante total de intangíveis. A tabela acima mostra a localização contábil (UGE – Unidade Gestora Executora) desses bens.

### Nota 11 – Fornecedores e Contas a Pagar

Observa-se um aumento de 10,80% no nível de endividamento de curto prazo (passivo circulante), em relação a 31/12/2024. A conta de *fornecedores e contas a pagar de curto prazo*, entretanto, sofreu um aumento de 16,72%, apresentando em 31/12/2025 o montante de R\$ 15.561.702,66.

A seguir, apresenta-se a tabela com fornecedores no grupo circulante.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar

R\$ 1,00

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Circulante	483.293.885,58	390.968.229,28	23,61
Fornecedores	15.561.702,66	13.332.192,46	16,72

Fonte: SIAFI 2025.

Todo o passivo constituído de obrigações com fornecedores é de curto prazo, representando, em análise vertical, 0,35% do total das obrigações. A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia-COELBA é o credor com o maior percentual individual da conta de *fornecedores e contas a pagar*, representando 16,26% do montante total.

A tabela seguinte apresenta a composição do endividamento com os fornecedores por Unidade Gestora, com intuito de melhor qualificar o passivo do Órgão.

### Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

R\$ 1,00

Unidade Gestora	31/12/2025	AV (%)
Universidade Federal da Bahia (153038)	14.673.124,59	94,29
Complexo Hospitalar e de Saúde (150247)	750.365,87	4,82
Hospital Universitário Professor Edgard Santos (153040)	138.212,20	0,89
<b>Total</b>	<b>15.561.702,66</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A UG 153038 é responsável por 94,29% do total do endividamento com *fornecedores e contas a pagar*. Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores mais significativos e o saldo existente em 31/12/2025.

### Tabela 21 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

R\$ 1,00

Credor	Valor (R\$)	AV (%)
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	2.530.752,08	16,26
Fundação Escola Politécnica da Bahia	2.208.840,53	14,19
Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	2.090.572,15	13,43
G4F Soluções Corporativas Ltda.	1.414.246,15	9,09
Fundação de Apoio a Pesquisa e a Extensão - FAPEX	1.258.613,61	8,09
Map Serviços de Segurança Ltda.	924.278,05	5,94
Acesso Restaurantes Ltda.	458.867,73	2,95
Arconfrio Refrigeração Peças e Serviços Ltda	440.132,74	2,83
Dental Alta Mogiana	393.750,00	2,53
JSP Serviços e Terceirização de mão de obra Ltda.	380.976,92	2,45
Outros	3.460.672,70	22,24
<b>Total</b>	<b>15.561.702,66</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os 10 (dez) principais fornecedores, destacados na tabela anterior, são responsáveis por 77,76% do total.

A seguir apresenta-se o resumo das principais transações:

1. Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia: despesa referente a energia e iluminação;
2. Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP: contratos de apoio a projetos de interesse da Instituição;



---

### Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

---

3. Liderança Limpeza e Conservação Ltda.: serviços de limpeza, auxiliar de carga e descarga, motoristas etc.;
4. G4F Soluções Corporativas Ltda: serviços de apoio operacional;
5. Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX: contratos de apoio a projetos de interesse da Instituição;
6. MAP Serviços e Segurança Lda.: serviços de segurança;
7. Acesso Restaurantes Ltda.: fornecimento de alimentação;
8. Arconfrio Refrigeração Peças e Serviços Ltda.: serviços de climatização de ambientes internos;
9. Dental Alta Mogiana: fornecimento de material odontológico;
10. JSP Serviços e Terceirização de mão de obra Ltda: serviços de portaria.

Em análise cruzada com a Demonstração das Variações Patrimoniais, observa-se que as contrapartidas dos seus lançamentos (fornecedores e contas a pagar curto prazo) encontram-se no grupo de Variações Patrimoniais Diminutivas – uso de bens, serviços e consumo de capitais fixos. Esse grupo representa 14,95% em análise vertical e passou por um consequente aumento de 9,50% (análise horizontal).

#### **Nota 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais**

O grupamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais de curto prazo detém uma participação relativa de 3,52% na estrutura patrimonial analisada. Sob a ótica da análise horizontal, registrou-se uma variação positiva de 46,45% em relação ao período anterior.

Este incremento é atribuído, primordialmente, à majoração dos dispêndios com vencimentos e vantagens pecuniárias, decorrente da implementação de acordos firmados em sede de negociação coletiva (acordo de greve).

Adicionalmente, na transição do exercício de 2024 para 2025, observou-se uma alteração na sistemática de apuração e no cronograma de vencimentos do PSSS (Plano de Seguridade Social do Servidor). Tal ajuste postergou o fluxo de desembolso: o montante que anteriormente era liquidado dentro do próprio exercício de competência passou a ser recolhido no início do mês subsequente, ocasionando o carreamento do saldo residual para o exercício de 2026.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Nota 13 – Obrigações Contratuais

Em 31 de dezembro de 2025, a Universidade Federal da Bahia apresenta um saldo de R\$891.026.453,94, relacionado a obrigações contratuais, demonstrando parcelas de contratos a serem executadas.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

### Tabela 23 – Obrigações Contratuais – Composição

R\$ 1,00				
Contratos	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	18.003.367,02	12.814.437,79	40,00	2,02
Fornecimento de Bens	20.804777,69	19.328.992,25	8,00	2,33
Seguros	104.429,31	99.698,77	5,00	0,01
Serviços	885.113.879,92	819.457.119,39	3,99	95,63
<b>Total</b>	<b>891.026.453,94</b>	<b>851.700.248,20</b>	<b>4,62</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 95,63% do total das obrigações assumidas pela UFBA ao final de 31/12/2025, com aumento de apenas 3,99% em relação ao exercício anterior; os contratos de alugueis com Brazon Maxfilter Indústria e Locação de Purificadores, Arquidiocese de Sao Salvador da Bahia e Equitech Soluções em Equipamentos para Escritório Ltda representam aumentos de 40,00%.

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX representa 59,48%, (Tabela 25 – Obrigações Contratuais – Por Contratado) do montante contratado pelo Órgão, decorrente de contratos firmados em conformidade com a Lei 8.958, de 20/12/1994, para apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional.

A tabela a seguir relaciona as Unidades Gestoras (para melhor expressar a situação contábil) contratantes com valores mais expressivos nas datas base de 31/12/2025 e 31/12/2024.

### Tabela 24 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

R\$ 1,00				
Unidade Gestora	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Maternidade Climério de Oliveira	1.927.813,20	1.927.813,20	0,00	0,22
Complexo Hospitalar e de Saúde da Ufba	457.816.997,46	425.591.204,76	7,57	51,38
Universidade Federal da Bahia	431.129.984,93	424.029.571,89	1,67	48,39
Complexo Hospitalar Universitário Prof. Edgard Santos	151.658,35	151.658,35	0,00	0,02
<b>Total</b>	<b>891.026.453,94</b>	<b>851.700.248,20</b>	<b>58,59</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial.



### Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

O Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA é responsável por 51,38% e a UFBA corresponde a 48,39% das obrigações contratuais.

**Tabela 25 – Obrigações Contratuais – Por Contratado**

CONTRATADO	31/12/2025	AV (%)
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX	530.017.102,49	59,48
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	57.927.759,67	6,50
G4F Soluções Corporativas LTDA	45.468.938,86	5,10
MAP Serviços de Segurança LTDA	42.428.975,74	4,76
Empresa Baiana de Águas e Saneamento	28.277.407,51	3,17
Fundação Escola Politécnica da Bahia	20.461.484,24	2,30
Atlântico Transportes Ltda.	19.600.586,69	2,20
RCS Tecnologia S/A	18.588.419,53	2,09
Chalé Refeições LTDA	15.857.493,97	1,78
JSP Serviços E Terceirização De Mão De Obra LTDA	13.203.019,73	1,48
Outros	99.195.265,31	11,13
<b>Total</b>	<b>891.026.453,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2025

Os dez maiores contratos representam 88,87% do total a ser executado.

A seguir é apresentado o resumo dos principais contratos:

1. Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão-FAPEX - vários contratos com a finalidade de dar apoio aos projetos educacionais, de saúde e apoio institucional - vigências variadas;
2. Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia-COELBA - fornecimento de energia elétrica – foi renovado o contrato neste trimestre com vigência até 01/12/2027;
3. G4F Soluções Corporativas LTDA - serviços contínuos de apoio técnico-operacional, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Contrato 008/2022 – vigência até 01/03/2026 e contrato 377/2024 - vigência até 10/09/2026;
4. MAP Serviços de Segurança Eireli - serviços de vigilância armada. Vigência até 24/07/2027;
5. EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento - serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário - foi renovado o contrato neste trimestre com vigência até 31/12/2028;
6. Fundação Escola Politécnica da Bahia-FEP - Vários contratos com a finalidade de dar apoio aos projetos educacionais - vigências variadas;



---

### **Notas Explicativas - 4º trimestre/2025**

---

7. Atlântico Transportes Ltda. – serviços de locação, serviços de transporte natureza continuada e serviços de transporte incluindo motorista e combustível, com vigência até 09/12/2026 (CT 816/2024), até 18/05/2026 (CT 217/2023) e até 21/07/2026 (CT 405/2025), respectivamente;

8. RCS Tecnologia Ltda. – serviços de engenharia, de manutenção e conservação das edificações dos campi (CT 14/2023) - vigência até 03/04/2026;

9. Chalé Refeições Ltda - serviços de alimentação e nutrição - contrato 86/2023. Ponto de distribuição São Lázaro com vigência 20/03/2026 e contrato 131/2023 - pontos de distribuição Campus Canela e da Residência Universitária da Vitória, com vigência 27/03/2026;

10. JSP Serviços e Terceirização de Mão de Obra EIRELI – serviços continuados de portaria, vigência 12/05/2026 (CT 17/2022), e Contrato 31/2025, vigência até 13/08/2026.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

#### Nota 14 - Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

De acordo com o artigo 104 da Lei 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. A elaboração da DVP tem por base as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA). Caso existam contas intraorçamentárias, devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente.

Esse demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

#### Tabela 25 – VPA – Receita Própria da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.965.642.729,05</b>	<b>100,00</b>	<b>2.594.337.653,68</b>	<b>100,00</b>	<b>14,31</b>
Exploração e vendas de bens, serviços	19.350.464,92	0,65	20.413.661,10	0,79	-10,67

Fonte: SIAFI 2025

**Receitas Próprias** - Classificam-se nesse grupo, as receitas cuja arrecadação tem origem no esforço próprio dos órgãos e demais entidades nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio, remunerados por preço público ou tarifas, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos (Portaria SOF Nº 10, de 22 de agosto de 2002, art. 4º). São receitas que têm como fundamento legal os contratos firmados entre as partes, amparados pelo Código Civil e legislação correlata. Não possuem destinação específica, sendo vinculadas à unidade orçamentária arrecadadora.

São arrecadadas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) e centralizadas numa conta de referência do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil e movimentada no Banco do Brasil. O Banco tem dois dias para repassar os recursos para a Conta Única do órgão arrecadador.

No período em análise, foi constatada uma variação na ordem de -5,21% (tabela 25 - VPA – Receita Própria da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos); esse índice representa queda, comparado ao 4º trimestre de 2024 por conta de uma menor arrecadação das receitas de arrendamentos, principalmente em decorrência da Emenda Constitucional 135/2024 que desvinculou as receitas patrimoniais até 31 de Dezembro de 2032 no percentual 30%, ocasionando diminuição no valor das receitas patrimoniais da Universidade.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

**Tabela 26 – VPA – Receita Própria da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Serviços Educacionais**

RS 1,00

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.965.642.729,05</b>	<b>100,00</b>	<b>2.594.337.653,68</b>	<b>100,00</b>	<b>14,31</b>
Serviços educacionais	2.402.609,26	100	420.267,80	100	471,69

Fonte: SIAFI 2025

No grupo exploração de bens, direitos e prestação de serviços destaca-se a receita proveniente de serviços educacionais que apresentou variação na ordem de 471,69% (tabela 26). Trata-se de aumento da arrecadação quando comparado com o 4º trimestre de 2024.

**Tabela 27 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas**

RS 1,00

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.965.642.729,05</b>	<b>100,00</b>	<b>2.594.337.653,68</b>	<b>100,00</b>	<b>14,31</b>
Transferências e delegações recebidas	2.834.330.807,25	95,57	2.499.548.814,36	96,35	13,39
Transferências intragovernamentais	2.823.670.799,51	95,21	2.494.050.723,47	96,13	13,22
Outras transferências e delegações recebidas	10.660.007,74	0,36	5.498.090,89	0,21	93,89

Fonte: SIAFI 2025

As **Transferências e Delegações Recebidas** compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intragovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos. As transferências e delegações são reguladas de acordo com os arts. 25 e 26 da LRF que estabelecem regras, respectivamente, para transferências voluntárias (entre entes da Federação) e destinação de recursos para entidades privadas que devem ser observadas pelos referidos entes transferidores. Dentre as transferências pode-se destacar: emendas parlamentares - recursos para execução de despesas discricionárias, Termo de Execução Descentralizada (TED) para objetos específicos, e receitas próprias arrecadadas pelo hospital veterinário da Universidade, executadas para o Complexo Hospitalar de Saúde (CHS).

A composição dessa conta representa, 95,57% (2025) e 96,35% (2024) de toda a Variação Patrimonial Aumentativa; sua variação, em análise horizontal, diante do exercício de 2024 (13,39%) acresce ao resultado de 2025 o montante de R\$334.781.992,89. Esse impacto positivo reflete em aumento de recursos orçamentários que, se descontada a inflação do mesmo período, demonstra recursos recebidos acima do índice oficial, visto que a inflação nos últimos doze meses foi de 4,26% (IPCA/IBGE).

**Outras Transferências e Delegações Recebidas** – A constituição dessa conta implica em transferências de equipamentos técnicos, científicos e medicamentos. Sua representatividade de 0,36% (2025) e 0,21% (2024) sobre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas é, a princípio, irrelevante, porém, parte-se do princípio de que suas características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Na Universidade Federal da Bahia, a conta **Outras Transferências e Delegações Recebidas** representa transferências de máquinas e equipamentos para pesquisa, decorrentes de contratação de fundações de apoio como intermediadoras de contratos entre a Universidade e entes governamentais e não governamentais para o



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

cumprimento de determinados objetos. Os bens adquiridos com recursos desses projetos são transferidos pelas fundações e incorporados ao patrimônio da UFBA, conforme consta nos instrumentos.

**Tabela 28 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

RS 1,00

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.965.642.729,05</b>	<b>100,00</b>	<b>2.594.337.653,68</b>	<b>100,00</b>	<b>14,31</b>
Ganhos com desincorporação de Passivos	109.505.937,55	3,69	72.700.026,41	2,80	50,63
Ganhos com incorporação de ativos	1.864.479,29	0,06	1.092.549,90	0,04	70,65
Ganho com alienação	39.124,53				

Fonte: SIAFI 2025

**Ganhos com desincorporação de passivos** – Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos. Evidenciado pela contabilização da execução dos Termos de Execução Descentralizada (TED). Trata-se de passivo oriundo de transferência financeira, pela concedente, cuja prestação de contas contabilizada gera o ganho com desincorporação de passivo. Os projetos objetos desses TED, na UFBA, quase na sua totalidade, são financiados com recursos do Fundo Nacional de Saúde.

Comparando os períodos, houve aumento da representatividade dessas rubricas diante do total das Variações Ativas na ordem de 4,39% para 3,22% (AV 2025/2024). O recebimento do recurso aumenta o Passivo Circulante e a variação passiva, sendo que a execução e respectiva baixa decorrente da prestação de contas estorna o passivo constituído, demonstrando o reconhecimento de ganho com desincorporação de passivo.

Em contrapartida ao registro de baixa de Passivo Circulante temos o registro de ganhos mediante a desincorporação de passivos, em estrito cumprimento às recomendações do Relatório de Auditoria CGU/BA nº 1025326. O referido documento orientou a instituição a abster-se de reconhecer ou quitar faturas cobradas pela FAPEX no âmbito do Contrato 01/2012, uma vez que não foram identificados empréstimos ou despesas contratuais pendentes. Em conformidade com orientação da CGU, a Universidade procedeu à baixa do débito no valor de R\$7.476.798,04, formalizada pelo processo nº 23066.082228/2025-15. Essa medida impactou positivamente o índice de liquidez corrente e preservou o caixa da instituição, resultando em uma gestão mais eficiente do passivo. (Ver BF - tabela 8 – quarto parágrafo).

**Tabela 29 – Demais obrigações a curto prazo (Passivo Circulante)**

RS 1,00

	2025	2024
<b>Transferências Financeiras a Comprovar</b>	<b>239.304.587,68</b>	<b>207.677.396,99</b>

Fonte: SIAFI 2025

Houve redução de R\$ 31.627.190,70 no Passivo Circulante – transferências a comprovar (comparativo 4º trimestre 2025/2024) cuja contrapartida das baixas são as desincorporações de passivo, caracterizando menos entrada de recursos no recebimento de recursos de TED.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Tabela 30 – VPD – Pessoal e Encargos

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.980.077.897,57</b>	<b>100,00</b>	<b>2.786.040.047,52</b>	<b>100,00</b>	<b>6,96</b>
Pessoal e Encargos	1.362.161.402,87	45,71	1.138.532.423,53	40,87	19,64
Remuneração a Pessoal	1.062.573.831,29	35,66	878.651.154,44	31,54	20,93
Encargos Patronais	224.803.999,99	7,54	192.158.950,12	6,90	16,99
Benefícios a Pessoal	74.783.571,59	2,51	67.722.318,97	2,43	10,43

Fonte: SIAFI 2025

A remuneração a pessoal compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício no cargo, emprego ou função de confiança no setor público, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000. No ano de 2025 houve decréscimo quantitativo na ordem de 1,36% dos servidores ativos, com aumento de 20,93% na remuneração e aumento de 16,99% nos Encargos Patronais (tabela anterior). O comportamento do custo total da folha de pagamento apresenta aumento de 19,64%, com acréscimo de 10,14% e de 8,07% na folha de aposentados e pensionistas, respectivamente; esses índices não refletem a diminuição quantitativa dos pensionistas na ordem de 0,02%, enquanto para os inativos a redução foi de 0,91%. Portanto, apesar da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas no seu conjunto apresentar alta, no comparativo do 4º trimestre (2025/2024), a inflação de 4,26% do período não superou os índices da folha, o que denota um aumento real do custo de pessoal. Esse fato ocorreu em virtude do pagamento dos acordos técnicos administrativos da Universidade referentes a maio de 2025, seguindo um cronograma estabelecido pela Universidade, foram implantadas novas tabelas remuneratórias e estrutura de carreira, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2025, conforme Medida Provisória 1.286 de 31/12/2024 e portarias 372 e 385/2025. Salienta-se o pagamento efetivo dos valores acumulados na folha do mês de julho/2025, o que justifica a variação de valor de pessoal na ordem de 19,64%.

Como composição importante de pessoal e encargos há o 13º salário (gratificação natalina) e férias que são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência, não se confundindo, portanto, com o termo provisões. A diferenciação desses elementos é utilizada para aprimorar a compreensibilidade das demonstrações contábeis. Para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias realiza-se a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

### Tabela 31 – Quantitativo de Ativos, Inativos e Pensionistas

	Dezembro 2025	Dezembro 2024	AH (%)
Ativos	5.892	5.973	-1,36
Inativos	4.357	4.397	-0,91
Pensionistas	1.618	1.654	-0,02

Fonte: PRODEP/SIAPE 2025



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Tabela 32 – VPD – Benefícios Previdenciários

RS\$ 1,00

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.980.077.897,57</b>	<b>100,00</b>	<b>2.786.040.047,52</b>	<b>100,00</b>	<b>6,96</b>
Benefícios Previdenciários e Assistenciais.	799.491.234,21	26,83	727.908.198,52	26,13	9,83
Aposentadorias e Reformas	642.729.517,89	21,57	583.554.418,05	20,95	10,14
Pensões	138.350.892,38	4,64	128.014.088,74	4,59	8,07
Outros benefícios	18.410.823,94	0,62	16.339.691,73	0,59	12,68

Fonte: SIAFI 2025

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas: as aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Abrangem também as ações de assistência social: políticas de seguridade social não contributivas, garantia dos direitos mínimos sociais, provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. No comparativo dos exercícios 2025/2024, houve decréscimo de 0,91% no quantitativo de inativos e de 0,02% no quantitativo dos pensionistas, acompanhado pelo acréscimo financeiro em função do acordo técnicos administrativos pagos retroativamente a janeiro em maio/2025, conforme portarias 372 e 385 de 2025 da Universidade Federal da Bahia, cujo pagamento foi efetuado na folha de julho/2025.

### Tabela 33 – VPD – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

RS\$ 1,00

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.980.077.897,57</b>	<b>100,00</b>	<b>2.786.040.047,52</b>	<b>100,00</b>	<b>6,96</b>
Uso de Bens, Serviços e Consumo	443.305.785,49	14,88	404.842.342,47	14,53	9,50
Uso de materiais de consumo	50.154.121,66	1,68	58.340.145,97	2,09	-14,03
Serviços	391.292.798,36	13,13	345.350.903,92	12,40	13,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.858.865,47	0,06	1.151.292,58	0,04	61,46

Fonte: SIAFI 2025

Para avaliação dos estoques é utilizado o método do custo médio ponderado, chamado de preço médio, obtido através de uma média de custos, em conformidade com o inciso III do artigo 106 da lei 4.320/1964. Os materiais são acondicionados e controlados nos almoxarifados, compostos principalmente, por medicamento, material hospitalar e gêneros alimentícios. Na comparação dos dois períodos (2025/2024) houve diminuição no consumo na ordem de -14,03% inferior à inflação do período 4,26% (IPCA/IBGE) com redução no consumo real. A maior parte das baixas estocadas originam-se do CHS, cujos materiais são produtos da área de saúde humana e animal. (Tabela 13 – Estoque). Essa baixa no consumo deriva do não reconhecimento dos materiais consumidos nos meses de novembro e dezembro de 2025, por conta de registro não efetuado pelo Complexo Hospitalar e de Saúde. O registro, efetuado em janeiro de 2026, visou reconhecer e corrigir um erro contábil material referente ao exercício anterior. O erro resultou na incorreção do resultado do período, especificamente devido a valores não baixados do estoque a título de consumo, totalizando R\$ 11.259.187,48. O procedimento de correção utilizou a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, sendo compensado com a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme as normas contábeis aplicáveis;



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

Os serviços caracterizam-se por projetos de pesquisa, cursos de especialização, projetos pedagógicos e serviços de transporte, água, energia elétrica, comunicação, vigilância, segurança, dentre outros. A representatividade nos períodos de 2025 e 2024 do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, foi de -13,13% e 12,40%, respectivamente, com variação negativa em análise horizontal, de 13,30%. Há também contratos de serviços na área de saúde, com a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), cujo objeto é apoiar políticas de saúde pública, através do Hospital Ana Nery, da Faculdade de Odontologia, da Faculdade de Farmácia e do Instituto de Ciências da Saúde, com recursos provenientes do SUS, geridos pelo CHS. No que se refere à área administrativa, os principais serviços executados têm como objeto a segurança, manutenção, serviços de jardinagem e limpeza, e outros.

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. A absorção do custo por depreciação é em função das taxas mensais de depreciação por item do imobilizado ou, integralmente, em função da sua repercussão na vida útil do bem. Quanto ao cálculo da amortização dos bens intangíveis a Universidade Federal da Bahia está em processo de implantação do sistema SIADS (conforme processo 23066.013900/2024-33), que passará a realizar o cálculo para contabilização.

**Tabela 34 – VPD – Transferências e Delegações Concedidas**

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.980.077.897,57</b>	<b>100,00</b>	<b>2.786.040.047,52</b>	<b>100,00</b>	<b>6,96</b>
Transferências Intragovernamentais	156.984.322,41	5,27	138.087.988,36	4,96	6,96
Outras transferências e delegações concedidas	13.599.518,98	0,46	415.697,24	0,01	3171,50

Fonte: SIAFI 2025

As transferências intragovernamentais compreendem as transferências de recursos no âmbito de um mesmo ente da Federação. No período sob análise o valor mais representativo refere-se às transferências mensais para o pagamento da folha de pessoal, para a Maternidade Climério de Oliveira e o Complexo Hospital Universitário Professor Edgard Santos.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

### Tabela 35 – VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.980.077.897,57</b>	<b>100,00</b>	<b>2.786.040.047,52</b>	<b>100,00</b>	<b>6,96</b>
<b>Perdas com Alienação</b>	<b>3.876.007,77</b>	<b>0,13</b>			
Incorporação de Passivos	133.258.942,56	4,47	91.137.344,00	3,27	46,22
Desincorporação de Ativos	546.274,95	0,03	193.228.945,99	6,94	-99,72

Fonte: SIAFI 2025

Em janeiro de 2019 a STN implementou nova sistemática de registros de TED, passando a apropriar contas patrimoniais nas quais são contabilizados um direito no Ativo (adiantamento de TED) na UG descentralizadora e uma obrigação no Passivo na UG recebedora do TED, refletida na conta a comprovar.

Os TED são reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva com contrapartida de passivo e controle por parte do órgão concedente como comprovação da efetivação do objeto. O objetivo do TED é financiar ações principalmente em áreas de saúde e educação. A reversão se dá no momento em que a UG concedente contabiliza a baixa por força do cumprimento (prestação de contas) do objeto, evidenciando-se, na UG recebedora como ganho com desincorporação de passivos.

No comparativo dos 4º trimestres 2025/2024 houve aumento de 46,22% em incorporação de passivos contra redução de 99,72% de evolução na desincorporação de ativos (tabela 28 - Variações Patrimoniais Aumentativas). Demonstra readequação com captação na entrada de recursos em percentual inferior que execução ou prestação de contas, justificando o desequilíbrio da variação percentual entre incorporação e desincorporação de passivo.

A aprovação da prestação de contas, gera lançamentos contábeis efetuados pelas entidades concedentes com reflexo na entidade recebedora. Em setembro de 2025 a Universidade Federal da Bahia realizou leilão de bens considerados inservíveis e houve apuração de perdas de capital conforme Portaria 01, de 09/01/2024 e ofício 4769/2024 na ordem de R\$1.006.260,79. Ou seja, os valores venais dos itens não superaram o valor de registro contábil dos bens, ocasionando na apuração de perda; (Vide Fluxo de caixa tabela 37)

### Tabela 36 – VPD – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.980.077.897,57</b>	<b>100,00</b>	<b>2.786.040.047,52</b>	<b>100,00</b>	<b>6,96</b>
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	61.792.269,33	2,07	58.242.800,98	2,09	6,09
Incentivos	60.518.804,79	2,03	57.446.994,04	2,06	5,35
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.273.464,54	0,04	795.806,94	0,03	60,02

Fonte: SIAFI 2025

**Incentivos** são valores destinados aos estudantes da Universidade sob as mais variadas formas de estímulo visando a sua permanência. Dentre esses, destaca-se o bolsa permanência - auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



## **DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

### **Nota 15 – Atividades das Operações e Atividades de Investimento**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- a) As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- c) O saldo de caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa demonstração permite a análise da capacidade que tem a entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada também mediante comparação dos fluxos de caixa gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo, a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária, que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), em cumprimento ao Decreto nº 93.872/1986, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro. Na DFC, os fluxos de recursos são representados por atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão.

As *atividades operacionais* compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As *atividades de investimento* estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. As *atividades de financiamento* compreendem obtenção de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, diferentemente do BO e do BF (nos quais apresentam-se por grupo de despesas e por elemento de despesa/categoria de gasto, respectivamente). A classificação orçamentária foi instituída pela Portaria MPOG nº 42, de 14/04/1999. De acordo com o Manual Técnico de Orçamento – MTO14, a função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. A função Encargos Especiais engloba as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. A utilização dessa função irá requerer o uso das suas subfunções típicas, conforme figura abaixo:

**Tabela 37 – Fluxo de Caixa**

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades de Operações	44.882.273,50	18.284.003,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-14.659.153,74	-11.392.740,69

Fonte: SIAFI 2025

O fluxo de caixa do 4º trimestre de 2025 apresentou variação positiva no valor de R\$30.223.119,76, no exercício de 2025. Particularmente no fluxo de caixa das atividades de investimentos observa-se redução de R\$14.659.153,74 que sempre se apresenta deficitário, em razão do próprio objetivo da Universidade que é de cunho educacional, com realização de pesquisas, o que requer uma grande aplicação em imobilizações para aquisição de materiais e equipamentos (muitas vezes importados) de pesquisa que são singulares. Há que se considerar ainda o dimensionamento da Universidade, pois há uma grande necessidade de imobilização e reposição de bens permanentes. A origem do fluxo de investimento normalmente origina-se da venda dos bens permanentes inservíveis, através de leilão, cuja captação não acompanha o valor investido na aquisição de bens novos.

Na composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa, estão incluídos os depósitos de terceiros, que representam valores de natureza temporária. Esses recursos aguardam a conclusão da prestação de contas por parte das fundações de apoio, referentes a saldos não utilizados nos contratos firmados. Após a análise da prestação de contas, acompanhada do respectivo processo, será definida a destinação desses recursos — seja a devolução à concedente ou sua execução conforme prevista contratualmente. No quarto trimestre de 2025, o saldo da conta foi de R\$8.301.712,00. Quanto à apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece distinções entre os fluxos de atividades operacionais e de financiamentos, conforme a origem e finalidade dos recursos. Considerando que há três tipos de movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC), o fluxo de financiamentos reflete operações de endividamento, ou seja, entradas ou saídas de recursos de terceiros. Quando



## Notas Explicativas - 4º trimestre/2025

esses valores são efetivamente utilizados pelo ente público, devem ser registrados no fluxo de financiamentos, com conciliação entre os saldos da DFC e do Balanço Patrimonial. No entanto, se os recursos de terceiros estiverem apenas sob guarda, sem financiar as atividades do ente, devem ser apresentados na DFC como parte do fluxo de atividades operacionais.

Há que se observar que um ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. A questão fundamental é focada em quem de fato exerce o controle dos recursos que estão sob a guarda do ente. O controle envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar o uso por terceiros) de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros. Para que haja a adequada contabilização é fundamental o julgamento profissional à luz da norma e conceitos apresentados. Com base nos conceitos apresentados, os valores retidos e as consignações em poder de determinado órgão ou entidade devem ser registrados na entidade que detém o controle dos recursos como CEC (grupo de contas 1.1.1.3. do PCASP criado para tal finalidade), em contrapartida ao reconhecimento da obrigação de devolução ou recolhimento no passivo. Os valores registrados em caixa e equivalentes na forma do parágrafo anterior deverão ser evidenciados em notas explicativas, conforme item 59 da NBC TSP 12. Do ponto de vista fiscal, tais valores não serão computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

No 4º trimestre de 2025, a Universidade Federal da Bahia apresentou geração de caixa nas atividades operacionais no valor de R\$ 44.882.273,50, enquanto as atividades de investimento registraram déficit de R\$14.659.153,74, resultando em um saldo final de caixa de R\$185.755.528,25 e crescimento líquido de R\$30.223.119,76. Três fatores foram decisivos para esse desempenho: o aumento de 13,24% nas transferências financeiras recebidas, o acréscimo de 20,5% nos recebimentos extraorçamentários e a redução de 11,25% nos pagamentos extraorçamentários. Embora outras rubricas tenham influenciado positiva ou negativamente, essas três foram fundamentais para o fortalecimento do caixa. As receitas orçamentárias tiveram queda de 8,88%, impactadas pela Emenda Constitucional nº 135/2024, com efeito numérico de R\$ 1.892.380,42, enquanto as despesas orçamentárias cresceram 15,28% devido ao aumento real do consumo. Apesar dessas variações, a entrada de recursos superou as saídas, gerando caixa, e todas as rubricas mencionadas apresentaram variações superiores à inflação do período, que foi de 4,26% segundo o IPCA/IBGE.

### Tabela 38 – Capital Circulante Líquido (CCL)

Ativo Circulante – Passivo Circulante = Capital Circulante Líquido	
2025	2024
227.358.606,73– 390.968.229,28 = - 163.609.622,60	180.109.674,74– 390.968.229,28 = - 210.858.554,50

Fonte: SIAFI 2025

O capital circulante líquido, que pode ser utilizado para fins de giro de estoque e pagamentos de dívidas com vencimento no curto prazo, ainda se apresenta negativo, melhorando a relação ativo circulante/passivo circulante (índice de liquidez corrente) aumentando de 0,46 no 3º trimestre de 2025 para 0,47 no 4º trimestre de 2025.